



PROJETO LEI Nº082/2024

**AUTORIZA A ABERTURA DE
CRÉDITO ESPECIAL NO
MONTANTE DE R\$ 67.000,00.**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais), conforme o que segue:

Órgão: 12 - Previagudo

Unidade: 02 - Manutenção do Previagudo

Função: 09 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Ação: 2.150 - Previagudo - Manutenção

Natureza: 3.3.90.86.00.00.00 - Compensações a Regimes de Previdência

Fonte de Recurso: 1800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização
(Plano Previdenciário)

R\$ 67.000,00

Art. 2º O Crédito Especial autorizado no artigo anterior, será coberto com redução da despesa 1100.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Agudo, 30 de agosto de 2024

Luís Henrique Kittel
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

O presente projeto de lei tem como objetivo a abertura de crédito especial no orçamento municipal, destinado ao pagamento dos valores devidos a título de compensação previdenciária pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Agudo para outros Regimes de Previdência, sejam eles estaduais ou municipais.

A compensação previdenciária é um mecanismo fundamental que assegura o acerto financeiro entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), bem como entre os próprios RPPS, quando há a utilização de tempo de contribuição de um regime para a concessão de benefícios em outro. Esse processo, conhecido como contagem recíproca de tempo de contribuição, garante que o servidor público tenha seu tempo de contribuição corretamente considerado em sua aposentadoria, independentemente do regime ao qual tenha contribuído ao longo de sua carreira.

Atualmente, o RPPS de Agudo tem 14 (catorze) requerimentos pendentes de análise e pagamento. Esses requerimentos, uma vez que atendam a todos os requisitos legais, geram a obrigação do município de repassar os valores correspondentes aos demais regimes de previdência envolvidos. Sem a dotação orçamentária específica, o município fica impossibilitado de cumprir essa obrigação, o que pode gerar passivos financeiros e prejudicar o equilíbrio fiscal do RPPS.

Portanto, a abertura do crédito especial aqui solicitada é imprescindível para que o município de Agudo possa honrar seus compromissos previdenciários, evitando a acumulação de débitos e garantindo a segurança financeira e jurídica tanto para o RPPS quanto para os servidores beneficiados.

Luís Henrique Kittel
Prefeito Municipal